

ECONOMIA À BRASILEIRA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Resenha do livro de Guido Mantega, *A Economia Política Brasileira*, publicada na *Revista Senhor* 165, 16.5.1984.

A Economia Política Brasileira, de Guido Mantega, é uma fascinante e intrigante incursão no pensamento econômico da esquerda brasileira até o final dos anos 60. É uma contribuição importante para a sistematização e a análise do pensamento econômico brasileiro e, particularmente, daqueles economistas que buscaram desenvolver, no Brasil ou na América Latina, um tipo de análise econômica que não se constituísse no mero transplante da teoria econômica estrangeira, mas contivesse também um elemento crítico e uma contribuição original para a análise do subdesenvolvimento brasileiro.

Mantega classificou o pensamento econômico brasileiro dos anos 50 e 60 em cinco correntes: o pensamento conservador, liberalista ou livre-mercadista de Eugênio Gudin, que, afinal, se consubstanciou no “modelo brasileiro de desenvolvimento” de Roberto Campos; o pensamento reformista e desenvolvimentista do “modelo de substituição de importações”, de Celso Furtado, Ignácio Rangel e Maria Conceição Tavares; o pensamento comunista do “modelo democrático-burguês”; o pensamento radical e ressentido do “modelo de subdesenvolvimento capitalista” de Caio Prado Jr. e Ruy Mauro Marini; e o novo pensamento reformista da “teoria da dependência”. O pensamento conservador deixou de ser examinado não apenas por sua falta de originalidade, mas principalmente, porque escapava aos objetivos do livro. A teoria da dependência também não foi analisada, porque sua primeira formulação, realizada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, teve mais caráter sociológico e político do que econômico. Só no começo dos anos 70 apareceriam

trabalhos sistemáticos, não apenas criticando o estagnacionismo dos anos 60, mas também definindo o novo modelo de subdesenvolvimento industrializado.

Esta sistematização de escolas de pensamento é basicamente correta, mas merece alguns reparos. A análise tem, sem dúvida, uma perspectiva histórica, na medida em que usa com competência o instrumental marxista do materialismo histórico; mas falta-lhe a perspectiva cronológica. Este fato fica claro quando o autor coloca os três modelos analisados como concomitantes quando, na verdade, o “modelo de desenvolvimento capitalista”, que, em um outro trabalho, preferi subdividir em “interpretação funcional-capitalista” e “interpretação da superexploração imperialista”, é uma crítica radical e ressentida ao “modelo de substituição de importações” e ao “modelo democrático-burguês”, que se identificam com a interpretação nacional-desenvolvimentista. Crítica radical, porque parte dos setores radicais de esquerda não comprometidos com o comunismo oficial (principalmente trotskistas, como mostra Mantega muito bem). Crítica ressentida, porque buscava atribuir a culpa do golpe de 1964 ao reformismo do nacional-desenvolvimentismo e, particularmente, à tese populista da aliança dos trabalhadores e da esquerda com a burguesia industrial “nacional” contra os interesses antiindustrializantes da oligarquia semifeudal agrária-mercantil aliada ao imperialismo.

Esta falta de sentido cronológico levou também o autor a não perceber como a teoria da dependência era, na verdade, uma reformulação e atualização do pensamento nacional-desenvolvimentista, em função dos fatos novos que ocorrem na segunda metade dos anos 50 – basicamente a entrada em massa de multinacionais no setor industrial brasileiro e a consolidação definitiva do Brasil como país industrial.

Na análise dos autores, a parte mais interessante do livro é aquela em que Mantega analisa as contribuições, de um lado, de Furtado, Rangel, Conceição Tavares e Paulo Singer, e de outro, as de Gunder Frank, Caio Prado Jr. e Ruy Mauro Marini.

Nessa análise, o autor é um crítico sistemático, partindo sempre de uma perspectiva marxista que poderia ser chamada de ortodoxa ou fundamentalista. O subconsumismo, o reformismo (que é identificado com o subconsumismo), o estagnacionismo subconsumista e a conciliação de classe nos quadros de um populismo reformista, além do economicismo

baseado no desenvolvimento das forças produtivas mais do que na luta de classes, são os temas ou os critérios teóricos interligados de que se serve Mantega para desenvolver sua análise e sua crítica.

Mas da mesma forma que Mantega é severo e, às vezes, injusto para com os economistas reformistas, ele o é também para os comunistas e os radicais do funcional-capitalismo e da superexploração imperialista. Na verdade, sua tendência para a crítica dificulta-o a identificar-se com qualquer um dos grupos. O resultado não é exatamente uma análise neutra, mas é, sem dúvida, uma análise sempre inteligente e independente.

Concordemos ou não com ele, sobre um fato, entretanto, não há dúvida: com *A Economia Política Brasileira*, Guido Mantega fornece uma contribuição importante e pioneira para a análise do pensamento econômico brasileiro. Os trabalhos que se seguirão terão como uma de suas referências necessárias este livro.